

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.783.544 - PB (2018/0318905-8)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : **MUNICÍPIO DE AROEIRAS**
ADVOGADOS : **JULIA RANGEL SANTOS SARKIS - DF029241**
HILDEBRANDO EVANGELISTA DE BRITO - PB002655
RAFAEL LUCENA EVANGELISTA DE BRITO E OUTRO(S) -
PB014416
AGRAVADO : **UNIÃO**

DECISÃO

Trata-se de Agravo Interno, interposto pelo MUNICÍPIO DE AROEIRAS, contra decisão de minha lavra que, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheço parcialmente do Recurso Especial e, nessa parte, negou-lhe provimento" (fls. 343/348e).

Inconformada, sustenta a parte agravante que:

"Em julgamento realizado no dia 12.02.2019, a e. 2ª Turma do STJ, por unanimidade, sob a relatoria do Min. Og Fernandes, deu provimento ao REsp 1.777.160/PB (Município de Queimadas/PB) para condenar a União ao pagamento de honorários advocatícios, conforme ementa abaixo (divulgada na sessão de julgamento, mas ainda pendente de publicação):

PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONFIGURAÇÃO DA SUCUMBÊNCIA. CABIMENTO.

1. A fixação dos honorários advocatícios é devida mesmo em casos de extinção do processo sem resolução de mérito, mediante a verificação da sucumbência e a aplicação do princípio da causalidade.
2. No caso, as instâncias ordinárias definiram que a MP n. 753/2016 autorizou a inclusão, na base de cálculo dos recursos devidos em razão do Fundo de Participação dos Municípios, do montante da multa prevista no art. 8º da Lei n. 13.254/2016. Decidiram, por isso, pela perda superveniente do interesse de agir, deixando de condenar a União pelo pagamento da verba advocatícia.
3. Se, pelo contexto descrito nos autos, a pretensão do município, anteriormente resistida, foi atendida em consequência de conduta extraprocessual da União, evidencia-se a necessidade dessa ação ao tempo de seu ajuizamento e a responsabilidade da ré pelos ônus advindos da instauração do processo.
4. Recurso especial provido, devendo a verba advocatícia ser

fixada em sede de liquidação, na forma do inciso II, § 4º, do art. 85 do CPC/2015'.

Na ocasião, esta i. Ministra Relatora se manifestou explicando que havia decidido pela aplicação da Súm. 07/STJ em casos idênticos, mas que se fosse o caso da mesma situação registrada no acórdão recorrido, iria reanalisar os julgados.

Pois bem. O caso é exatamente o mesmo daquele tratado no REsp 1.777.160/PB (Município de Queimadas/PB), pois em ambos foi ajuizada ação ordinária pelo município em face da União Federal objetivando a inclusão da multa prevista no art. 8º, da Lei 13.254/2016, na base de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios, ocorreu a perda superveniente de objeto por força da MP 753/2016, que reconheceu a pretensão autoral, e o Tribunal de origem afastou a condenação da União ao pagamento de honorários de sucumbência alegando que não há vencidos e vencedores e que esta não deu causa ao ajuizamento da ação, pois observou o princípio da legalidade.

Cumprе mencionar, ainda, a existência de outras 02 (duas) decisões já publicadas favoráveis à tese do presente recurso especial:

(...)

Diante disso, pleiteia a Agravante a reconsideração da decisão agravada, considerando os precedentes deste e. 2ª Turma e, ainda, os argumentos abaixo, que demonstram a não incidência dos óbices sumulares indicados na decisão agravada.

(...)

(a) Da não incidência da Súmula 07/STJ.

Inicialmente, cumpre destacar de forma resumida as violações apontadas pelo Agravante no mérito do recurso especial:

(i) art. 85, parágrafos 3º, inciso II, 6º, 10º e 11, do CPC/15: Alegou o Agravante que, de acordo com o NCPC, quando houver perda de objeto da ação, sem vencido ou vencedor, os honorários de sucumbência serão pagos por quem deu causa ao ajuizamento da ação (*in casu*, a União Federal).

(ii) arts. 22 e 24, parágrafo 3º, da Lei Federal 8.906/94: Como consequência dos dispositivos anteriores, ao afastar os honorários de sucumbência assegurados pelo Estatuto da OAB, o acórdão negou vigência aos arts. 22 e 2, parágrafo 3º, da Lei Federal 8.906/94.

(iii) art. 1º, parágrafo único, da Lei Complementar 62/89: Aduziu o Agravante que o v. acórdão recorrido, ao decidir pela ausência de lei que contemplasse o pleito do de receber parte dos recursos oriundos da multa da repatriação, de forma a concluiu que a Agravada não deu causa ao ajuizamento da ação, ignorou que existiam no ordenamento pátrio regras legais que vinculam o repasse da arrecadação daquela multa aos Estados e Municípios via FPE e

FPM, e incorreu em violação ao art. 1º, parágrafo único, da LC 62/89.

Verifica-se, assim, que a questão está centrada na possibilidade ou não de condenar a Agravada ao pagamento de honorários de sucumbência por força da sentença que extinguiu o processo sem resolução de mérito em razão da perda de objeto, buscando a Agravante a reforma do v. acórdão que afastou a condenação em honorários imposta pela sentença.

A decisão agravada aduziu que a análise acerca da aplicação do princípio da causalidade atrai o óbice da Súmula 7/STJ. Todavia, tal conclusão não merece prosperar, como se passa a demonstrar.

O art. 85, parágrafo 10, do CPC/15, vigente à época do ajuizamento da ação, dispõe que 'nos casos de perda do objeto, os honorários serão devidos por quem deu causa ao processo'. Assim, mostra-se impositiva a fixação de honorários de sucumbência por força do princípio da causalidade. É da própria lei que prevê a condenação no caso de perda de objeto.

Não merece prosperar o fundamento do acórdão de que 'a pretensão autoral apenas passou a ter amparo legal com a edição da Medida Provisória nº 753/2016, de maneira que a atuação da União era legítima, por observar o princípio da legalidade. Em razão disso, não se pode dizer que ela deu causa ao ajuizamento da demanda, sendo indevida a condenação em honorários advocatícios, nos termos do art. 85, §10, do CPC'.

No caso em tela, a ação foi ajuizada pelo fato de a Agravada não computar na base de cálculo do FPM os recursos inerentes à multa de 15% sobre os valores repatriados, o que causava lesão à Agravante, e a pretensão exarada estava em consonância com entendimento do e. STF.

Assim, é inegável que a resistência da Agravada deu causa ao ajuizamento da ação e a posterior edição da MP 753/2016 reconheceu o acerto da pretensão do Agravante e de outros Municípios.

Para chegar a essa conclusão, não há necessidade de examinar matéria fático-probatória, basta verificar que, se a medida superveniente reconheceu a legítima pretensão da Agravante, a Agravada foi a causadora do ajuizamento da ação, pois se tivesse ocorrido o repasse das verbas por esta, seria desnecessária a demanda judicial.

Assim, ressalte-se mais uma vez, foi necessário o ajuizamento da ação pelo Agravante e, conseqüentemente, deve a parte ré responder pelos ônus sucumbenciais na hipótese de extinção do feito por perda de objeto, com fundamento no art. 85, parágrafo 10, do CPC/15.

Portanto, o fato de não haver, à época do ajuizamento da ação, previsão expressa na Lei 13.254/16 acerca da inclusão da multa no

montante a ser distribuído ao FPM, claramente não afasta o ônus sucumbencial da Agravada, como concluiu o acórdão recorrido.

(...)

(b) Da violação ao art. 1.022, do CPC/15.

Caso seja mantida a incidência da Súmula 07/STJ, o que se admite a título de argumentação, passa-se a exposição das razões que ensejam o provimento do recurso especial por violação ao art. 1.022, do CPC/15.

(...)

Diante disso, a Agravante opôs embargos de declaração para buscar a manifestação do Tribunal de origem sobre o disposto no art. 85, parágrafos 3º, inciso II, 6º e 10, do CPC/15, principalmente sobre as previsões de que os honorários são devidos ainda que se trate de sentença sem resolução de mérito e de que, na hipótese de perda de objeto da ação, os honorários serão devidos por quem deu causa ao seu ajuizamento.

Além disso, alegou omissão sobre os arts. 22 e 24, parágrafo 3º, da Lei Federal 8.906/94, que dispõem que o recebimento de honorários advocatícios é uma prerrogativa garantida ao profissional da advocacia e consiste na contraprestação monetária ao seu trabalho técnico.

Contudo, o v. acórdão recorrido concluiu pela rejeição dos embargos de declaração por ausência dos vícios apontados, o que ensejou a alegação de violação ao art. 1.022, do CPC/15, no recurso especial.

A decisão agravada, ao analisar o recurso especial, aduziu que inexistia omissão a ser sanada, alegando que o acórdão apreciou as questões de maneira fundamentada.

Todavia, com a devida vênia, verifica-se, sim, a ocorrência de omissão, pois ao contrário do que alega a decisão agravada, o acórdão recorrido não trouxe praticamente nenhuma fundamentação e, mesmo após o julgamento dos declaratórios, deixou de se manifestar sobre questões suscitadas pela Agravante capazes de alterar o resultado da demanda.

Tanto é que, conforme demonstrado, ao julgar casos com a controvérsia idêntica à que está sendo discutida, este e. STJ, com base em alguns dos fundamentos suscitados pelo Agravante, deu provimento a recursos especiais de outros Municípios para condenar a União ao pagamento de honorários de sucumbência" (fls. 358/367e).

Requer, ao final, o provimento do Agravo interno.

A parte agravada apresentou Impugnação (fls. 371/378e), requerendo o desprovimento do Agravo interno.

Tendo em vista a relevância dos argumentos esposados pela parte agravante, reconsidero, em parte, a decisão de fls. 343/348e, para afastar o óbice da

Súmula 7/STJ.

Na origem, trata-se de apelação interposta pelo MUNICÍPIO DE AROEIRAS contra sentença que julgou extinta, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC/2015, ação ordinária visando à inclusão da multa instituída no art. 8º da Lei 13.254/2016 na base de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O acórdão recorrido, acerca da controvérsia, concluiu que:

"No caso em análise, o Município autor ajuizou ação ordinária contra a União, buscando provimento judicial que obrigasse a demandada a incluir na base de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios - FPM os valores relativos ao montante arrecadado a título de multa do art. 8º da lei 13.254/2016.

O Juízo de origem entendeu que as alterações legislativas operadas pela Medida Provisória nº 753/2016 esgotam por completo a pretensão deduzida na presente ação, extinguindo, assim, o feito sem resolução do mérito.

A meu ver, o fato de a norma superveniente ter atendido a pretensão do município autor não significa que a União tenha acolhido a tese defendida da presente ação. Na verdade, a pretensão autoral apenas passou a ter amparo legal com a edição da Medida Provisória nº 753/2016, de maneira que a atuação da União era legítima, por observar o princípio da legalidade. Em razão disso, **não se pode dizer que ela deu causa ao ajuizamento da demanda, sendo indevida a condenação em honorários advocatícios, nos termos do art. 85, §10, do CPC**" (fl. 251e).

Ocorre que esta Corte já se manifestou no sentido de que a extinção do processo sem resolução do mérito, em decorrência da perda superveniente do objeto da ação, não exime a parte que deu causa ao ajuizamento da demanda da condenação em honorários advocatícios. Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONFIGURAÇÃO DA SUCUMBÊNCIA. CABIMENTO.

- 1. A fixação dos honorários advocatícios é devida mesmo em casos de extinção do processo sem resolução do mérito, mediante a verificação da sucumbência e aplicação do princípio da causalidade.**
- 2. No caso, as instâncias ordinárias definiram que a MP n. 753/2016 autorizou a inclusão, na base de cálculo dos recursos devidos em razão do Fundo de Participação dos Municípios, do montante da multa prevista no art. 8º da Lei n. 13.254/2016.**

Decidiram, por isso, pela perda superveniente do interesse de agir, deixando de condenar a União ao pagamento da verba advocatícia.

3. Se, pelo contexto descrito nos autos, a pretensão do município, anteriormente resistida, foi atendida em consequência de conduta extraprocessual da União, evidencia-se a necessidade dessa ação ao tempo de seu ajuizamento e a responsabilidade da ré pelos ônus advindos da instauração do processo.

4. Recurso especial provido, devendo a verba advocatícia ser fixada em sede de liquidação, na forma do inciso II, § 4º, do art. 85 do CPC/2015" (STJ, REsp 1.777.160/PB, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 01/03/2019).

No caso dos autos, conforme asseverado na sentença, a MP 753/2016 autorizou a inclusão da multa prevista no art. 8º da Lei 13.254/2016 na base de cálculo dos recursos devidos em razão do Fundo de Participação dos Municípios, restando atendida a pretensão da parte autora, até então resistida, por ato superveniente da União, que deverá arcar com os ônus sucumbenciais, diante do princípio da causalidade.

Em igual sentido, as seguintes decisões monocráticas, em situações análogas: STJ, REsp 1.779.745/AL, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 11/02/2019; STJ, REsp 1.736.946/PB, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 05/02/2019; STJ, REsp 1.721.493/PB, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe de 18/12/2018.

Ante o exposto, **reconsidero**, em parte, a decisão de fls. 343/348e. Com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, conheço do Recurso Especial e **dou-lhe parcial provimento**, devendo a verba honorária ser fixada em sede de liquidação, nos termos do art. 85, § 4º, II, do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora